

Direitos

166

Conflito do Traíra será investigado

Comissão de Direitos Humanos da Câmara e Procuradoria vão apurar morte de colombianos

Amaury Ribeiro Jr, Chico Otavio e Adriana Vasconcelos

RIO, SÃO PAULO e BRASÍLIA

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados anunciou ontem que vai investigar as acusações de dois ex-soldados e um sargento da reserva que contestaram a versão oficial do Exército sobre o conflito do Rio Traíra, que ocorreu na fronteira do Brasil com a Colômbia, em 1991. O procurador-chefe do Ministério Público Federal no Amazonas, Sérgio Lauria, também afirmou que pedirá à Procuradoria de Justiça Militar a abertura de inquérito policial-militar (IPM) para investigar a morte de colombianos por soldados do Exército brasileiro no conflito.

Desde 91, o Exército afirma que, na ação em resposta ao ataque da guerrilha ao posto militar do Traíra, foram mortos sete guerrilheiros colombianos que reagiram à campanha dos militares. Nove anos depois, dois ex-soldados e um sargento que participaram da ação, ouvidos separadamente pelo GLOBO, deram uma nova versão para o conflito ao afirmar que os mortos eram garimpeiros colombianos que foram capturados, torturados e executados pelo Exército. Comerciantes colombianos e parentes de vítimas também afirmaram que os mortos eram garimpeiros.

Deputados poderão ir até o Traíra

• O procurador Sérgio Lauria, que vai se reunir com a coordenadora da Procuradoria Militar em Manaus, Maria Nazareth de Moraes, anunciou que, além da abertura de IPM, solicitará ao Ministério da Justiça a inclusão dos três ex-militares — o sargento da reserva Alberto Carneiro e os ex-soldados Vataide Celestino do Nascimento e Antelmo Lopes Ferreira — no Programa de Proteção a Testemunhas.

— É um crime de interesse do país, que lamentavelmente não foi apurado. Acredito até que haja condições legais para que os possíveis culpados sejam julgados por um tribunal civil — disse o procurador.

A Comissão de Direitos Humanos também vai pedir informações ao Ministério da Defesa. O vice-presidente da comissão, deputado Nelson Pellegrino (PT-BA), antecipou que pretende convidar para depor os três ex-militares que participaram da operação e acusam o Exército de ter executado garimpeiros. Pellegrino não descarta a hipótese de representantes da Comissão de Direitos Humanos irem à fronteira investigar o caso.

— O fato é muito grave. Uma coisa é o posto brasileiro ter sido atacado e outra é fazer uma ação armada de vingança — disse Pellegrino.

Quintão: mortos eram guerrilheiros

• O ministro da Defesa, Geraldo Quintão, repetiu ontem a versão do Exército e disse que vai aguardar o requerimento de informações da Comissão de Direitos Humanos.

— São fatos ocorridos há nove anos e já devidamente esclarecidos pelo Exército perante o Senado. Como consta da nota divulgada pelo Exército, eram guerrilheiros que penetraram no país e mataram soldados brasileiros, recebendo a pronta resposta — disse Quintão.

Em nota enviada ao GLOBO, o Exército reafirmou que os colombianos mortos eram guerrilheiros e tombaram em combate com os soldados. A nota reproduz o depoimento do então ministro do Exército, Carlos Tinoco, ao Senado, para explicar a campanha do Traíra. O general afirmou, na ocasião, que a ação que resultou na morte dos colombianos decorreu “de um entrosque com os soldados”. Disse ainda que, com um dos mortos, foi encontrado um fuzil roubado do posto militar. Dias antes do conflito, guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) tinham invadido o posto do Exército e matado três sentinelas e dois



UM COLOMBIANO, com a mãos amarradas e os olhos vendados, é conduzido por militares brasileiros após o ataque ao posto

Ricardo Belli/fevereiro de 1991

“O FATO É GRAVE”

“Isso é um crime de interesse do país, que lamentavelmente não foi apurado. Acredito até que haja condições legais para que os possíveis culpados sejam julgados por um tribunal civil”

SÉRGIO LAURIA, • PROCURADOR-CHEFE DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NO AMAZONAS

“São fatos ocorridos há nove anos e já devidamente esclarecidos pelo Exército perante o Senado. Como consta da nota divulgada pelo Exército, eram guerrilheiros que penetraram no país e mataram soldados brasileiros, recebendo a pronta resposta”

GERALDO QUINTÃO, • MINISTRO DA DEFESA

“O fato é muito grave. Uma coisa é o posto brasileiro ter sido atacado e outra é fazer uma ação armada de vingança”

DEPUTADO NELSON PELLEGRINO (PT-BA), • VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA CÂMARA

garimpeiros que estavam presos.

Pellegrino disse que encaminhará esta semana requerimento ao ministro Geraldo Quintão solicitando informações sobre a ação do Exército. Ele quer saber ainda por que não foi aberto um IPM para investigar o caso.

O deputado José Genoíno (PT-SP), que acompanhou em 91 o depoimento no Senado do general Carlos Tinoco, também pediu investigação:

— A Câmara deve pedir novas explicações aos militares. Na época, estive no lugar em missão oficial e sou testemunha de que, no meio da

selva, é difícil separar quem é guerrilheiro e quem é garimpeiro. Por isso temos de investigar o fato.

Ex-presidente e integrante da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, o deputado Nilmário Miranda (PT-MG) disse que vai apresentar requerimento solicitando à Procuradoria Geral Militar a abertura de IPM.

— O IPM é fundamental até para preservar a imagem do Exército. Como Tinoco empenhou a palavra, é preciso saber de quem é a responsabilidade — disse Nilmário.

Presidente do Senado em 1991,

quando o ministro do Exército lá esteve para dar explicações sobre o caso, o hoje deputado federal Mauro Benevides (PMDB-CE) também defendeu a apuração das denúncias.

— Se ainda permanecem dúvidas sobre aquele episódio, embora na época as explicações do ministro tenham sido consideradas relevantes, não há por que, à luz dos novos dados, recusar um reexame capaz de oferecer uma elucidação mais correta sobre este incidente de amplitude internacional — disse ele. ■